

Discussão sobre MP ameaça atrasar reformas

Nova edição de medida da desindexação tem potencial para dominar os trabalhos do Congresso

CHRISTIANE SAMARCO
e MARCOS MAGALHÃES

BRASÍLIA — A grande ofensiva política do governo para o segundo semestre — que começará com reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso e os líderes aliados às 11 horas de amanhã — poderá esbarrar na edição do *Diário Oficial* da União. Será publicada no mesmo dia a nova versão da medida provisória da desindexação da economia, que tem despertado reações contrárias dentro da própria bancada governista.

O governo quer imprimir ritmo rápido às votações de suas emendas constitucionais. Estarão em jogo, durante este semestre, as reformas previdenciária, política, tributária e do Estado, além da regulamentação da abertura da economia, já aprovada pela Câmara e sob exame dos senadores. "A sequência correta da tramitação dessas matérias quem vai definir é o Palácio do Planalto", diz o líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP). Mas o início desse esforço legislativo pode ser ofuscado pela discussão sobre a proteção aos assalariados.

"Salários sempre serão um tema delicado", admite um auxiliar graduado de Fernando Henrique. Especialmente quando o relator de medida provisória tão importante para os planos do governo adota atitude de oposição. É o caso do senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), que tem insistido desde o início da tramitação da primeira versão da medida provisória na defesa dos salários de até R\$ 300.

A questão tributária só começará a ser oficialmente debatida depois do envio da proposta ao Congresso, mas o tema entrará na pauta no fim desta semana. Prefeitos de todo o País estarão reunidos sexta-feira e sábado no Espírito Santo, a convite do prefeito da capital, o tucano Paulo Hartung. Na próxima semana será a vez de os governadores discutirem a reforma tributária e fiscal. O encontro já está marcado para a terça-feira, em Belo Horizonte.

Além da reforma tributária, a pauta dos prefeitos em Vitória incluirá também a reforma do Estado. Já confirmou presença o ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira, encarregado de apresentar o projeto do governo. Esta emenda constitucional, que prevê o fim da estabilidade para boa parte do funcionalismo público, chegará ao Congresso juntamente com os projetos de reforma fiscal e tributária.

AGENDA PESADA

Temas que estão na pauta do segundo semestre legislativo

ORDEM ECONÔMICA

O Senado ainda precisa votar propostas de emendas constitucionais enviadas pelo governo no primeiro semestre e já aprovadas pela Câmara. A mais polêmica delas é a que derruba o monopólio da Petrobrás

PARTIDOS E ELEIÇÕES

O debate sobre novas regras para o funcionamento das legendas promete produzir debates ruidosos por conta de temas como fidelidade partidária e obstáculos para a sobrevivência de pequenas siglas. Os congressistas terão, ainda, de definir as regras para as próximas eleições

IMPOSTOS

O presidente FH sonha em superar divisões em sua equipe para enviar logo proposta de reformulação do sistema de impostos. Preocupados com a possibilidade de perder receita, governadores organizam reação a eventuais efeitos sobre as finanças estaduais

FUNCIONALISMO

O ministro Bresser Pereira redigiu texto ambicioso com sugestões como o fim da estabilidade dos funcionários públicos e restrições ao direito de greve de determinadas categorias de servidores. O Planalto deverá mandar o documento ao Congresso logo no primeiro dia de atividades legislativas

PREVIDÊNCIA

Emenda constitucional enviada no primeiro semestre enfrentou resistência no Congresso e foi moida nas comissões parlamentares, o que obrigou o governo a prometer tentar de novo. O ministro Reinhold Stephanes produziu texto que propõe o fim da aposentadoria por tempo de serviço e a extinção da aposentaria integral para funcionários públicos

MONOPÓLIOS

Caso o Senado aprove com rapidez as emendas que estabelecem o fim do monopólio estatal em setores como o do petróleo e o das telecomunicações, os parlamentares terão de se dedicar à discussão das regras para a atuação de empresas privadas nessas áreas

AJUSTE FISCAL

A equipe de economistas a serviço de FH pretende criar um substituto para o Fundo Social de Emergência. Querem acabar com as vinculações previstas na Constituição para ter mais liberdade de empregar o dinheiro no que julgarem mais importante. Vão precisar do aval do Congresso

A emenda que modifica a Previdência Social só será analisada pelos deputados depois da criação de uma comissão especial, o que foi adiado no último semestre a pedido do próprio Palácio do Planalto. De todas as propostas que interessam de perto ao governo, somente o projeto da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos — que dificultará a vida das pequenas legendas —

estará pronto para rápida votação em plenário.

Com o vácuo na agenda do Congresso nesta primeira semana após o recesso, estará aberto o espaço para o debate em torno da medida da desindexação. O governo promoveu quatro alterações na versão original, que chegou a ter dois artigos suspensos por uma liminar do presidente do Su-

premo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence. A nova medida permitiu, inclusive, o pagamento antecipado aos assalariados do IPC-r devido na próxima data-base de cada categoria. Mesmo assim, a medida sofrerá duras críticas dos partidos de oposição, que deverão voltar do recesso em busca de espaço político mais significativo do que o ocupado na primeira metade do ano.



**REUNIÃO DE
FH COM
LÍDERES SERÁ
AMANHÃ**